CARTAS

Heraldo Muñoz

Tendo tomado conhecimento da entrevista realizada com o senhor Heraldo Muñoz, embaixador do Chile, venho manifestar meu interesse em receber tal matéria e sinto-me lisonjeada em saber que posso contar com sua colaboração.

Aproveito a ocasião para desejar-lhes um próspero 1997.

Atenciosamente,

Jacqueline Del Pilar Contreras Ferraz
Vale do Rio Doce Navegação S.A.
Docenave
Rio de Janeiro, RJ

Separatas Agroanalysis

Aquele artigo que lhe agradou especialmente pode ser reimpresso sob sua encomenda. Utilize-o para apoio a aulas, palestras, educação continuada de funcionários etc. Solicite através do telefone: (021) 536-9269, do fax: (021) 536-9207, do e-mail: adelaide@sede.fgv.br ou através do correio para o endereço: Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900.

As cartas dos leitores devem ser dirigidas a *Agroanalysis* — Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900 — Fax: (021) 536-9207.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian M. Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Edgar Costa Filho (contrato futuro de milho), Eliana C. B. L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação, e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Redação:
Tels.: 536-9213, 551-7995 e 536-9475

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Jurandi Soares Machado.

Coordenação de editoração:
Maria Adelaide Amorim Oliveira

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ednéia da Silva Bezerra, Luciana de Sousa Martins, Rakel Lima dos Santos, Renê Bertin, Rogério Ferreira de Souza.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Maria Cecília Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda — Tel.: (021)536-9269 — Fax: (021)536-9207 — e-mail: caique@fgvrj.br

Publicidade:
Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720; 252-9074 e 536-9269 — Fax: (021) 221-5984; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Editora FGV

Editora executiva: Alzira Alves de Abreu

Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha

Editoria de arte: Denilza da Silva Oliveira, Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.

Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.

Produção gráfica: Helio Lourenço Netto.

Gerente comercial: Carlos Hamilton Rocha.

Assinaturas: José Milton Gondim

Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105

São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.

Editora Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 — CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22252-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio
Vice-presidente: Armando Klabin (Klabin, Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Crédit Commercial de France S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Marcos A. Magalhães (Philips do Brasil Ltda.), Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Sergio Franklin Quintella, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro, Theodoro Arthou.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.)

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Baptista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).
Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antônio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Lenildo Fernandes da Silva**

6 **Cartas**

8 **Especial: Uma visão sistêmica para a política agrícola**
Luiz Antônio Pinazza

10 **Especial: China — para onde vai a agricultura? — IV**
Maria José Cyhlar Monteiro

12 **Especial: Produtos lácteos — insumos argentinos em Minas?**
Renata Akemi de Carvalho Sato, Ricardo Pereira Reis e Antônio João dos Reis

15 **Pesquisa: Álcool automotivo e mudanças climáticas**
Suzana Kahn Ribeiro

18 **Conjuntura do agribusiness:**

18 **Preços de terra — uma queda esperada**
Maria José Cyhlar Monteiro

23 **Frango — crescendo em qualidade**
Irene Raguenet Troccoli

25 **Coco — yes, nós importamos coco da Suíça**
Eliana Conde Barroso Leite Viglio

29 **Trigo — trigo bom e barato**
Fernando Roberto de Freitas Almeida

30 **Indicador do milho — FGV-BM&F preços continuam em queda**
Irene Raguenet Troccoli, Edgar Costa Filho e Rogério Ferreira de Souza

32 **Índice FGV/ABAG**

33 **IBGE — síntese estatística**

34 **Oferta e demanda**

36 **Estatísticas agropecuárias**

42 **Panorama agropecuário**

46 **Panorama internacional**

48 **Janela aberta**

Feliz 1997
1996 foi um bom ano para a agricultura brasileira?

Não, responderia de pronto e com ênfase a grande maioria dos que empreendem na agricultura. Afinal, a safra de 1996 foi relativamente curta. A crise da dívida inviabilizou a tomada de recursos novos para a esmagadora maioria dos produtores rurais. E a comercialização da supersafra de 1995 foi caótica. A âncora verde foi extremamente pesada a quem coube sustentá-la. Com o crédito escasso e caro, sem recursos próprios, a área plantada caiu um pouco. Não caiu muito mais porque não há alternativa senão plantar, para quem é agricultor profissional. Se parar de pedalar a bicicleta, o tombo é certo. Pior aconteceu no Sul, onde a seca destruiu boa parte dos contados recursos que o agricultor aplicou na terra.

O ano até que começou bem. Até pouco tempo, a imagem do agricultor não era das melhores, na mídia, na opinião pública urbana e no discurso oficial. Ao menos esse último moderou o tom. E a agricultura voltou a ser referida pelo governo como uma atividade empresarial caracterizada pelo elevado risco do empreendimento. Estava aberta a porta para uma negociação mais séria da dívida agrícola. Logo depois, surgiu o reconhecimento de que os preços agrícolas em muito contribuíram para o sucesso inicial do Plano Real. Em 1996, seria diferente; os preços agrícolas subiriam, contribuindo para uma desejável recuperação da renda do setor. No plano externo, as cotações de diversas commodities batiam seguidos recordes históricos, movimento logo abortado quando conhecidas as intenções de plantio nos EUA. De fato, os preços agrícolas melhoraram; a renda agrícola também logrou alguma recuperação. Tudo em dimensão bem menor do que a imaginada inicialmente. Câmbio sobrevalorizado e juros reais recordes impediram resultados melhores.

E não foi só isso. Em 1996, o setor agrícola brasileiro experimentou talvez a sua mais expressiva desvalorização patrimonial. A conjugação de alguns fatores estimulou a oferta continuada e crescente de terras, e o preço da terra só fez cair ao longo do ano. No final de 1996, o governo fez aprovar a nova lei de ITR, muito justa se o objetivo de política for reunir recursos para financiar a reforma agrária, essa também perfeitamente defensável do ponto de vista social. O novo ITR gerará recursos e, de quebra, empurrará os preços da terra ainda mais para baixo, reduzindo os custos das desapropriações. As conclusões são bem diferentes se os objetivos de política forem a incorporação de novas áreas ao processo produtivo, a adoção de padrões tecnológicos superiores, o aumento da renda e do emprego.

Apesar disso tudo, *Agroanalysis* ousa dizer que 1996 foi um bom ano para a agricultura. Todos os aspectos negativos acima referidos são inegavelmente verdadeiros. A renda agrícola, por exemplo, melhorou menos do que se desejava; mas melhorou. A securitização da dívida não obedeceu a critérios muito justos, propostos por alguns; mas foi a solução, ainda que parcial, de uma pendenga que durava há anos. Os recursos para financiamento permanecem escassos e caros; mas os novos instrumentos de financiamento, como a CPR, ganharam novos participantes. Muitos produtores foram forçados a vender suas áreas para honrar compromissos; os que permaneceram são mais competitivos, mais capazes de empreender uma agricultura competitiva, moderna. A produção agrícola permanece onerada por impostos exagerados e injustos, principalmente quando cotejados aos subsídios praticados nas nações ricas; mas foi suspensa a incidência do ICMS nas exportações agrícolas e de semiprocessados. A política agrícola foi pouco efetiva em seu antigo objetivo de assegurar estabilidade de renda à agricultura; esse objetivo já pertence ao passado. A boa notícia é que hoje o governo se afasta, cada vez mais e de forma consistente, dos negócios agrícolas.

1996 não foi mesmo um ano confortável para a agricultura brasileira. Mas pode ter sido o ano da virada. O ano em que diversos avanços — alguns simbólicos, cujos efeitos sobre a renda ainda levarão tempo para se materializar — foram alcançados. 1996 pode vir a ser um marco. O ano em que as coisas finalmente começaram a acontecer. Bom 1997!

No último dia 14, completamos um ano sem a presença do nosso querido Ney Bittencourt de Araújo. Saudades.